

# RACISMO NO BRASIL NINGUÉM SABE NINGUÉM VIU

Numa consulta nas bases de dados Periódicos Capes e Banco de Teses e Dissertações (BDTD) da Capes, realizada em 30 de abril de 2019, encontramos 664 trabalhos em cujos títulos aparecia o termo “racismo”: 511 artigos revisados por pares e 153 teses/dissertações (112 Dissertações de Mestrado e 41 Teses de Doutorado). Quando introduzimos o termo “preconceito racial” aparecem 16 teses/dissertações no BDTD e 22 artigos revisados por pares nos Periódicos Capes. A maior parte dessa produção se concentra em periódicos de ciências sociais ou em Programas de Pós-Graduação de Ciências Sociais Aplicadas e Sociologia. A psicologia ainda tem pouquíssima produção sobre racismo no Brasil (SACCO, DE PAULA COUTO, & KOLLER, 2016).

Efetivamente, a psicologia começa a pesquisar o racismo no Brasil de forma mais sistemática no final da década de 1990. A primeira análise “psicológica” do racismo nacional, no entanto, havia sido feita por Arthur Ramos (1903-1949), um médico alagoano que também é considerado um dos fundadores da psicologia social no Brasil. Ainda na primeira metade do século XX, Ramos escreveu o livro “O negro brasileiro”, publicado em 1934. Nele, afirma que a cultura negra era atrasada por causa da religiosidade, tendo os negros um pensamento mágico e pré-lógico (RAMOS, 1934/2001, p. 31 citado em

TAMANO, 2013). De forma que, inaugurando as teses do racismo cultural, Ramos considerava que os negros eram atrasados, não por questões raciais, mas por deficiências culturais. A psicologia de Artur Ramos articulava as teses de Nina Rodrigues às de Gilberto Freyre, defendendo a existência de uma democracia racial no Brasil: “Não há hostilidade. Não há atitudes extremadas. Não há separação social. Não há linha de cor como na América do Norte” (RAMOS, 1943, p. 143 citado em TAMANO, 2013).

Gilberto Freyre (1900-1987), um cientista social pernambucano, ainda em meados do século XX, estabeleceu bases de análise do racismo nacional, que permanecem influentes ainda hoje. No seu livro *Casa-Grande & Senzala* de 1933, ele cunhou o termo “democracia racial” para descrever o Brasil das relações entre brancos e negros como um país inteiramente livre de bloqueios para a igualdade, isento de preconceito e discriminação raciais formais e informais (FREYRE, 1933/1983). A explicação para o suposto caráter horizontal das relações racializadas do Brasil, em Freyre, decorre do estilo peculiar de colonização portuguesa ou, como ele chamava, do “lusotropicalismo”. Enquanto na América espanhola a violência contra os nativos era flagrante (LAS CASAS, 2001), no Brasil a violência da colonização portuguesa primou sempre por salvar-se pela fé católica, gerando outro mito, o “da escravidão benevolente”. Os brasileiros acreditavam que seus escravos eram mais bem tratados que os de outros países. Esse mito foi forjado para resolver dois problemas: salvar as consciências “cristãs” dos senhores de escravos e defender a escravidão dos seus críticos (ANDREWS, 1991).

Uma outra consequência importante do “lusotropicalismo” para o entendimento do racismo nacional foi a miscigenação, biológica e cultural da sociedade nas palavras de Freyre (1933). A miscigenação, juntamente com a suposta cordialidade nas relações sociais, proposta por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), emprestariam marcas fundantes do racismo nos trópicos.

Uma terceira característica desse racismo, também decorrente da miscigenação, por um lado, e da estrita hierarquia de poder entre brancos e negros, por outro, foi o branqueamento. O branqueamento é um conjunto de normas, valores e atitudes que os negros muitas vezes adotam ou incorporam, a fim de assemelhar-se ao modelo “branco” dominante, e, assim, construir uma identidade racial positiva (PIZA, 2000). Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística verificou, em 1976, que os brasileiros se atribuem 135 cores diferentes, desde “enxofrada”, passando por “morena-ruiva” até “branca-suja” e “branca”. Uma análise mais cuidadosa do caleidoscópio de cores encontrado

indica que ele reflete a tendência à fuga da cor negra e a busca das cores mais “claras” (LIMA & VALA, 2004c). É neste contexto que o branqueamento ganha foros de ideologia nacional e que, para alguns, seria mesmo a primeira teoria genuinamente brasileira (SCHWARCZ, 1996).

O mito da democracia racial, a mestiçagem e o branqueamento impingiram no racismo nacional certa ambiguidade de expressão que tornaram mais difícil seu reconhecimento oficial por parte do Estado e a denúncia por parte da ciência e dos movimentos sociais. Foram Florestan Fernandes (1920-1995), um sociólogo paulista, juntamente com o francês Roger Bastide, os primeiros a questionarem a democracia racial brasileira. Esses autores demonstraram que, “sob o manto da igualdade jurídica e política, mantinha-se não só a desigualdade econômica e social entre ‘brancos’ e ‘negros’, mas ainda a antiga ideologia racial, com todas as ilusões que ela encobria.” (FERNANDES & BASTIDE, 1951, pp. 13-14). Fernandes (1966) continua sua análise afirmando que existe uma tendência dos brasileiros a considerarem o preconceito racial como ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem o pratica) e que, por isso, “*o que fica no centro das preocupações, das apreensões e, mesmo, das obsessões é o ‘preconceito de ter preconceito’*” (p. 33).

Outro autor significativo no cenário nacional que também desmistificará o caráter violento das nossas relações racializadas será Otávio Ianni. Para ele, são as relações de poder e os interesses envolvidos nelas que anulam a possibilidade de efetiva democratização das relações entre brancos e negros no Brasil (IANNI, 2004).

Assim, muito antes de norte-americanos e europeus, o Brasil apresentava o que, desde os anos 80 do século passado, se chamam de “novas expressões de racismo e preconceito”. Como refere Antônio Sérgio Guimarães, outro importante pesquisador do racismo nacional, o modelo das relações raciais no Brasil pós-abolição da escravidão mostrava uma sutil etiqueta de distanciamento social e uma diferenciação aguda no status e nas possibilidades econômicas de brancos e negros, tudo isso sem ferir a equidade jurídica formal (GUIMARÃES, 1999). De tal forma que, segundo Kabengele Munanga, desde o fim da escravidão as expressões do preconceito racial no Brasil se apresentaram de maneira sutil ou velada (MUNANGA, 1996).

A distinção entre branquitude e branqueamento, é outro elemento importante para entender o racismo brasileiro. A primeira é entendida como elemento da identidade racial branca e o segundo, como referido, é uma estratégia criada pelas elites nacionais para colocar o “branco” como padrão de referência ou

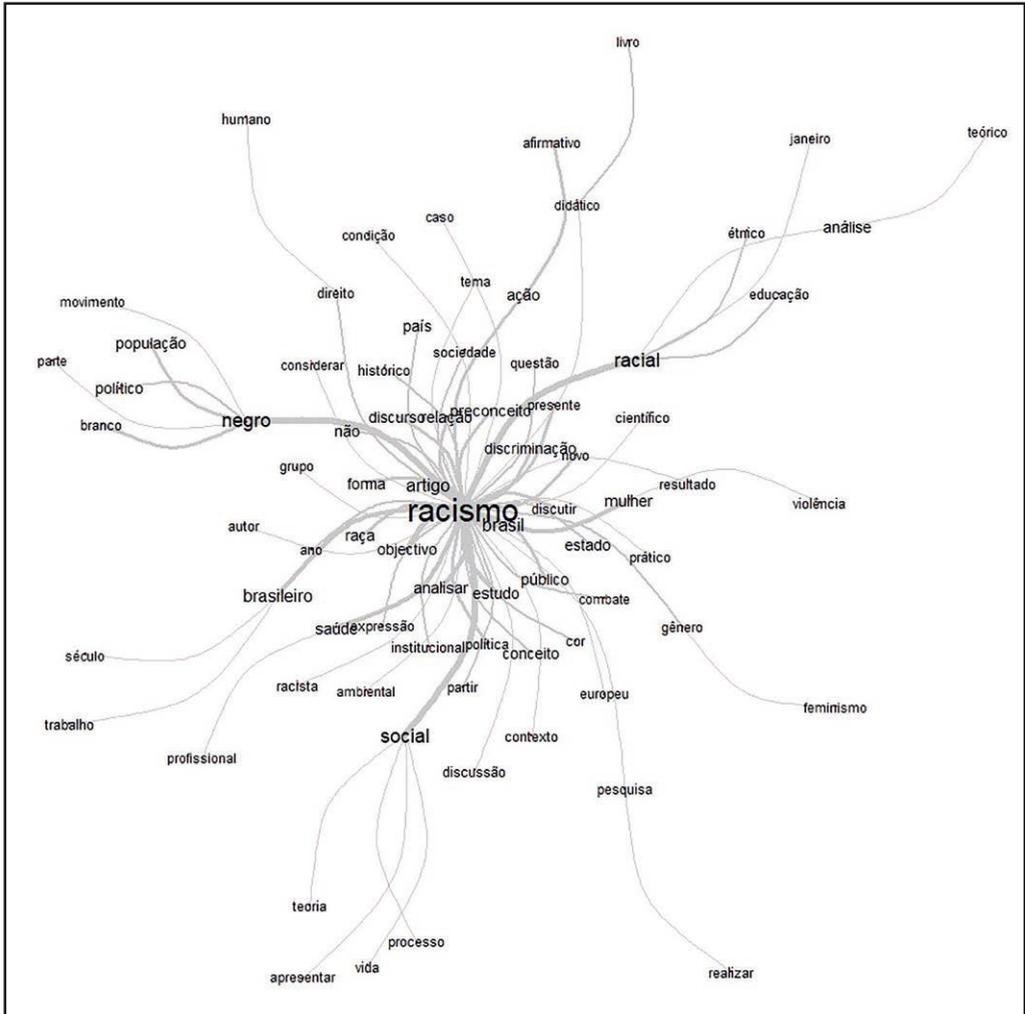
“ideal de eu”. Maria Aparecida Silva Bento afirma que existe no preconceito uma relação dialógica: de um lado, a estigmatização de um grupo como perdedor e a omissão diante da violência por ele sofrida; de outro, um silêncio cúmplice para com o grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia simbólica e materialmente (BENTO, 2002).

Uma análise daqueles artigos encontrados nos periódicos Capes, na consulta que fizemos em 01/05/2019, considerando como filtro o fato de terem sido publicados em periódicos nacionais nos últimos 20 anos, indicou que apenas 190 textos permanecem dentre os 511 encontrados, sendo uma parte deles repetida (16 artigos) e outra publicada em castelhano (92 artigos), restando apenas 82 artigos.

Utilizando o software Iramuteq<sup>xxvi</sup>, procedemos a uma Análise de Similitude dos títulos desses artigos. O corpus foi, portanto, composto por 82 títulos, totalizando 288 segmentos de texto, com 1606 formas analisáveis (palavras) (62,2% do corpus). Para a análise, consideramos somente termos com pelo menos 10 ocorrências e eliminamos os pronomes e a maior parte das preposições, mantendo adjetivos, substantivos e verbos. Na Figura 11, podemos ver que no centro das atenções das publicações está o termo “racismo”, que é orbitado por análises focadas na discussão conceitual, situadas em contextos de expressão ou relação: ambiental, político, europeu, Brasil, Estado, histórico, sociedade, gênero, direito, saúde etc. Essa representação temática central possui três ramificações principais: social, racial e negro. O “social” se vincula ao sintagma nominal “processo-apresentar-vida”. O “racial” se vincula a uma análise teórica que foca as esferas da educação e do trabalho nas questões étnicas. Finalmente, a produção científica focada no substantivo “negro”, entende o grupo como população, em contraste com o termo “branco”, são análises do movimento (negro) com foco no aspecto político.

Depreende-se, dessa análise, que há uma escassez de pesquisa empírica, predominando os termos “análise teórica”, “conceitos”, “discussão” etc. Uma análise do conteúdo desses 82 resumos indicou que apenas dois deles têm metodologia na qual aparece o termo “participantes”, outros quatro usam o termo “sujeitos” e mais três empregam o substantivo “amostra” no seu resumo. A palavra “dados” aparece seis vezes, mas sempre nos mesmos artigos que usam os termos participantes ou sujeitos. Ou seja, 9 dos 82 artigos (11%) trazem alguma análise empírica do racismo no Brasil.

Figura 11: Análise de similitude dos artigos publicados sobre racismo no Brasil nos últimos 20 anos



A configuração das pesquisas nacionais sobre racismo indica que ainda não temos no país uma organização de linhas de pesquisa sistemáticas. Os estudos parecem não derivar de eixos temáticos específicos que se liguem ao tema central racismo e se ampliem pelo acúmulo de evidências e análises. Pelo contrário, eles parecem refletir um tipo de organização centrípeta, que muitas vezes, assim como na física, acaba por dar às teorizações e aos estudos uma trajetória circular, sem grandes avanços por falta de sistematização e de eixos condutores – Linhas de Investigação.

A título de comparação, a psicologia social norte-americana tem tradições de pesquisa sobre o tema desde a década de 1920, com os estudos sobre hierarquias raciais e estereótipos; mais tarde surge uma linha de pesquisa que busca analisar as raízes do preconceito, incluindo os processos de categorização social a partir dos trabalhos de Allport (1954); em seguida, os estudos focam possíveis remédios para o combate ao preconceito; para, mais recentemente, analisarem as disparidades raciais em saúde e bem-estar e os processos automáticos ou não-conscientes associados ao fenômeno (DUCKITT, 1992; RICHESON & SOMMERS, 2016).

Esse cenário coloca para nós, pessoas interessadas no tema, o desafio de produzir mais conhecimento e maior articulação e continuidade de estudos e formas de análise sobre o racismo no Brasil.